

FARIA LIMA E O FIM DE UM CICLO

Está em curso uma disputa de influência, e isso não tem nada de anômalo. É o que sempre acontece quando uma ordem perde fôlego. De um lado, os herdeiros da ordem liberal falida, aquela que financiou o ESG, exportou o wokismo e transformou a agenda corporativa em vetor de engenharia social em escala global. De outro, os que se recusam a continuar submetidos a esse arranjo.

A falsa dicotomia entre liberalismo e comunismo é repetida à exaustão para encurralar o debate. Sempre que alguém aponta os limites do modelo vigente, vem a acusação automática de saudosismo estatista, como se qualquer crítica à hegemonia financeira fosse rota direta para o socialismo. O truque é antigo e funciona porque desorganiza o adversário antes mesmo de a discussão começar, transferindo o ônus argumentativo para quem ousou questionar.

Existem dezenas de modelos viáveis entre esses dois extremos, e o que se desenha hoje no mundo é uma ordem pós-liberal puxada pela direita. Estados Unidos, Itália, Argentina, Hungria, cada um a seu modo, ensaiam respostas à exaustão do Consenso de Washington. Tarifas, política industrial, controle de fronteiras, recuperação de cadeias produtivas estratégicas, freio à pauta woke nas corporações: tudo isso compõe um repertório que era impronunciável há dez anos e hoje organiza governos eleitos com larga maioria popular.

O ciclo aberto nos anos 1990 entregou concentração de renda, desindustrialização, captura regulatória e a substituição da política pela tecnocracia financeira. Cortou-se o vínculo entre soberania e economia, e o resultado está nos números. Países que abdicaram de pensar a própria produção viraram exportadores de commodities e importadores de tudo o que importa, do remédio ao chip. A pandemia escancarou a dimensão dessa fragilidade, mostrou o quanto custa depender de fornecedores estrangeiros para insumos básicos, e ainda assim o discurso oficial seguiu insistindo na mesma cartilha.

No Brasil, toda essa disputa se condensa em uma única pergunta: seguir submetido à Faria Lima ou buscar um reequilíbrio de poder entre as instituições, alcançando a própria Faria Lima, que hoje dita as regras do país, define ministros, pauta o Congresso e sequestra a política econômica em nome de um interesse que se apresenta como técnico, mas é estritamente rentista.

Não há instituição relevante que escape da influência do mercado financeiro paulistano. Nomeia-se diretor de Banco Central com o aval de mesas de operações. Aprova-se lei tributária com redação favorável a fundos. Constrói-se consenso de imprensa a partir de relatórios de bancos. Demoniza-se gasto público que financia indústria, infraestrutura, defesa, e silencia-se quando esse mesmo gasto vira juro pago a detentores de títulos. A blindagem retórica é sofisticada, e o resultado prático é o mesmo de sempre: o país trabalha para pagar quem detém o estoque da dívida, sem que isso jamais figure como gasto improdutivo.

Romper esse arranjo não significa adotar nenhum modelo importado, nem trocar uma tutela por outra. Significa restaurar a primazia da política sobre o cálculo financeiro, recompor o vínculo entre soberania e economia, e devolver ao país a capacidade de pensar o próprio destino a partir do bem comum, e não da planilha alheia. É essa, no fundo, a fronteira que separa os dois campos hoje em disputa. O resto vem depois.

- **Falsa dicotomia:** Liberalismo versus comunismo como mecanismo de bloqueio do debate e proteção do *status quo* financeiro.
- **Ordem em transição:** Ascensão de agendas pós-liberais com política industrial, protecionismo e reação ao globalismo corporativo.
- **Captura financeira:** Faria Lima como centro de poder que condiciona decisões econômicas, políticas e institucionais no Brasil.

